

**A PROBLEMÁTICA DOS CORTIÇOS PELOTENSES ENTRE OS
SÉCULOS XIX E XX**

THE ISSUE OF PELOTAS' SLUMS BETWEEN THE 19TH AND 20TH CENTURIES

Letícia Nörnberg Maciel

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



A PROBLEMÁTICA DOS CORTIÇOS PELOTENSES ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Letícia Nörnberg Maciel¹

Resumo: O presente artigo trata da formação, expansão urbana e o surgimento dos cortiços no século XIX e início do século XX na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Desde o surgimento deste tipo de residência na segunda metade do século XIX até, pelo menos, os anos de 1920 – década final a qual esta pesquisa abrange – houve um grande esforço por parte do governo e das elites locais, permeado de preceitos originários das políticas higienistas, para que os mesmos fossem afastados para as periferias da cidade. A partir dos movimentos de expansão urbana, o centro da cidade, seus terrenos e edificações valorizaram em termos econômicos. Por tal motivo, os cortiços deveriam sair desta zona central tanto por questões estéticas quanto para que houvesse uma maior valorização deste centro.

Palavras chaves: Cortiços, Política higienista, Expansão urbana.

Abstract: The following paper talks about the formation, urban expansion and the emergence of 19th and early 20th century slums at Pelotas city, Rio Grande do Sul state. Since the rise of this kind of residential building, during the second half of the 19th century up to, at least, the 1920s – the last decade covered by this research – government and local elites had been putting a great effort in order to move away these residences towards the outskirts of the city. All of this ideas were paved around hygienist ideals. Lots and edifications in downtown Pelotas had an increase in economic value because of the expansion of that area. That being said, it was important to force a migration of these slums, away from central areas, based upon aesthetic reasons and in order to increase even more the value of the area.

Keywords: Cortiços, Hygienist policy, Urban sprawl.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, disciplinas como a Arqueologia e a Geografia buscaram compreender a formação da paisagem social. Em ambas as áreas isso se dá a partir do estudo sobre a sua formação organização, disputas territoriais e aproveitamento de recursos naturais em prol da sobrevivência física e simbólica de um indivíduo e de seu grupo. Entretanto, de forma pontual, alguns elementos associados a essas paisagens foram deixados de lado em detrimento a outros, como no caso do estudo de grupos minoritários do período histórico.

Foi pensando nas lacunas deixadas pelas pesquisas das últimas décadas no município de Pelotas que o presente artigo debruça-se, a partir de levantamentos historiográficos, em um estudo voltado para as minorias pretéritas. As elites pelotenses não se encontravam sozinhas, havia outros elementos que dividiram com elas os períodos iniciais de formação da cidade. Por tal motivo, não serão mencionados os cortiços presentes hoje na cidade, que, apesar de manterem um padrão semelhante de arquitetura e localização, fogem do período delimitado, o qual abrange aproximadamente o intervalo dos anos entre 1880 e 1920.

¹ Bacharel em Antropologia com linha de formação em Arqueologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

Os cortiços, e seus moradores, foram considerados ao longo do tempo um incômodo para o poder público e para as elites da região. Diversas foram as tentativas de afastá-los do centro urbano, numa falsa perspectiva de que o afastamento dessas habitações populares resolveria de fato os problemas de infraestrutura enfrentado pelos seus moradores.

O SURGIMENTO DOS CORTIÇOS EM PELOTAS-RS

Ainda no período escravocrata e de expansão da cidade, a construção de casarões e de casas de aluguel era uma boa opção de investimento, sendo uma das opções de emprego da mão de obra escravocrata nos períodos de entressafra das charqueadas e nos momentos de baixa produção (GUTIERREZ, 2007). Tal atitude auxiliou no rápido desenvolvimento da malha urbana, que em poucos anos aumentou os traçados de quadras e ruas.

Conforme a arquiteta Roberta Santa Catharina (2012), os planos urbanísticos iniciais de Pelotas possuíam traçados reticulares de origens hispânicas para a valorização das praças - as quais seriam os centros das cidades - e seus entornos, que seriam compostos pelos principais edifícios de ordem oficial e religiosa. Este ambiente urbano se estabeleceu inicialmente a certa distância das charqueadas devido aos odores fétidos liberados por elas no verão, época em que o charque era produzido (SANTOS, 2012).

Os planos urbanísticos correspondem aos projetos de urbanização do primeiro, segundo e terceiro loteamento. O primeiro, executado pelo piloto de rumos Maurício Inácio da Silveira entre 1812 a 1815, pertencia a Antônio Francisco dos Anjos e possuía um traçado reticulado heterogêneo, com sete ruas no sentido leste-oeste e doze no sentido norte-sul; estas 84 quadras, de 273 braças de frente cada uma eram arrendadas e geravam 320 réis anuais por braças - sendo cobrados juros em cima desses pagamentos a partir de 1818 (CABRAL, 2012; MAGALHÃES, 2012). O segundo loteamento, de 1835, foi responsável pela expansão das ruas em direção ao sul, até o porto nas margens do canal São Gonçalo. No terceiro loteamento, de 1858, foi delimitado o crescimento da cidade em direção norte; neste momento, após a Revolução Farroupilha, Pelotas iniciava o processo de crescimento econômico. E, por último, o quarto loteamento, de 1870, foi feito na época em que Pelotas se encontrava no auge do crescimento econômico e social.

No início do século XX, a cidade era formada por 215 quadras, 41 ruas, 6 praças e duas avenidas. A seguir, novos loteamentos foram demarcados além da zona central da cidade, sendo criados os bairros Areal, a leste, Fragata, a oeste e Três Vendas, ao norte.

Paralelamente ao processo de expansão urbana, desenvolveram-se os cortiços², num contraposto que demonstra as desigualdades sociais neste núcleo urbano. Havia, assim, uma preocupação de ordem estética com o crescimento desordenado da cidade e, por outro lado, o Código de Construções e Reconstruções de Pelotas do ano de 1915, além de ser carregado de preceitos sobre o embelezamento da cidade, também fazia apontamentos da ordem da higiene (SOARES, 2001; CATHARINA, 2012). Uma vez que um alto número de governantes eram médicos, havia uma preocupação com as moléstias que se manifestavam subitamente, chamando atenção da opinião pública para questões ligadas à saúde e higiene: *“A guerra contra as casas insalubres, os cortiços e os cubículos, realizou-se sem tréguas através do discurso oficial, que se expressava na grande imprensa e através dos poderes de polícia”* (GILL, 2007, p. 136). Assim, ter como alvo principal as formas de habitação e moradia dava a estes governantes um controle maior da vida privada das populações mais pobres – isentando a real responsabilidade que eles tinham em oferecer melhores condições de vida àquela população.

Os cidadãos que residiam em cortiços foram os principais alvos destas políticas higienistas³, as quais ganharam destaque a partir da proclamação da República e junto a ela o triunfo dos postulados positivistas, como pode ser observado no trecho abaixo, citado e extraído pela historiadora Lorena Gill no seu livro *“O mal do século”* (2007), do relatório de 1916, apresentado ao Intendente Municipal Cypriano Corrêa Barcellos pelo Engenheiro Chefe Otacílio Pereira sobre o estado sanitário da cidade de Pelotas:

Há casas malsãs, cortiços que bem mereciam a demolição imediata e onde se albergam dezenas de entes macilentos em promiscuidade prejudicial e que, muitas vezes, são focos de tuberculose, onde ignorantemente estão a ela expostos mulheres, crianças e homens.

A partir das crises da pecuária, abolição da escravidão e conseqüente declínio das charqueadas entre o final do século XIX e início do século XX, ocorreu uma diversificação industrial na tentativa de recuperar a economia da cidade de Pelotas. Foi então incentivada a instalação de fábricas de sabão, velas, colas, graxas, tecidos, móveis, vidros e também a implementação de indústrias de cerveja, água mineral, gasosas e vinhos. Aliada a indústria de Rio Grande, as duas cidades transformaram a região em um polo industrial quase tão forte quanto o que vinha se formando em Porto Alegre. Esta movimentação industrial e

² O termo “cortiço”, inicialmente usado com intuito pejorativo, servia para definir as moradias coletivas de construção e conservação precárias, normalmente de um ou dois cômodos. Os cortiços foram a principal alternativa para as classes baixas da população urbana durante a expansão das cidades.

³ Entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, chegou ao Brasil o movimento higienista – mediante reapropriações e reinterpretções –, um novo ideal que tinha como preocupação central a saúde, a exemplo da cultura grega e da medicina de Hipócrates. Suas propostas focavam na defesa da saúde pública e no ensino de novos hábitos que auxiliariam a conservar e melhorar a saúde individual e coletiva. Esse movimento tinha como ideia central a valorização da população como um bem e como capital. O discurso higienista podia ser considerado como um reflexo dos ideais das elites, uma vez que entendiam as populações pobres como atrasadas, inferiores e culpadas pela propagação dos miasmas, dentre outros adjetivos de cunho cultural-evolucionista e segregadores. Estas populações seriam então perseguidas pelos seus hábitos e suas habitações ditas insalubres (GÓIS JÚNIOR, 2007).

de serviços contribuiu para a atração de antigos trabalhadores rurais, ex-escravos de outras regiões e novos imigrantes através dos programas de estímulo promovidos pelo governo federal, gerando uma elevação de 114% na população urbana de Pelotas entre 1890 e 1920. Porém, apesar da expansão do comércio e chegada de instalação de novas fábricas, este alto fluxo de pessoas gerava uma demanda de empregos e moradias além daquelas oferecidas pela indústria e comércio locais, bem como valorização das zonas urbanas e conseqüente elevação no preço dos imóveis e aluguéis. Assim, uma das principais alternativas de moradia se constituiu nos cortiços (MOURA, 2006).

Apesar de a situação ter se agravado na virada do século, mesmo antes da abolição da escravidão, os cortiços eram uma das poucas opções de moradias financeiramente viáveis para ex-escravos. Segundo Gill (2007), este seria provavelmente um dos fatores que levaram o poder público a se posicionar contra tais habitações e seus moradores. Embora seja importante lembrar que a discussão sobre o fechamento dos cortiços não interessava apenas aos seus moradores, mas também a empresários que lucrariam na construção de moradias para famílias de baixa renda, bem como em loteamentos. Por tal motivo, o discurso higienista sobre o ambiente insalubre das cidades seria bastante oportuno para o momento.

AS TENTATIVAS DE AFASTAMENTO DOS CORTIÇOS DO NÚCLEO URBANO

Um dos precursores dos problemas urbanos na maioria dos núcleos citadinos a partir da segunda metade do século XIX foram os surtos epidêmicos constantes, como a cólera, varíola, febre amarela, febre tifoide, tuberculose e outras. Entre o final do século XIX e início do século XX, o discurso higienista tinha como bandeira livrar a cidade de Pelotas da onda de tuberculose que a assolava sem trégua, aumentando abruptamente as estatísticas de óbitos do município⁴. Por tal motivo, o debate sobre as tentativas de impedir a proliferação de várias doenças envolveu médicos e engenheiros sanitaristas, tendo também o suporte do poder público a partir da realização de intervenções na estrutura da cidade – uma vez que o ambiente era considerado o principal responsável pela saúde dos indivíduos – e na vida dos moradores. Ou seja, ao higienizar o ambiente e a população, automaticamente os indivíduos se tornariam saudáveis e livres de qualquer tipo de moléstia que futuramente pudesse contaminar.

Para manter a cidade longe dos surtos e controlar aqueles que estavam em voga, era necessário mudar a sua realidade a partir da canalização dos esgotos, definir um local ideal para o descarte do lixo, recolher os fluídos domésticos, dentre outras coisas.

⁴ As estatísticas sobre mortalidade da cidade apontam que o número de óbitos decorrentes da tuberculose passou de 12,5% em 1891 para 19,4% em 1902 (GILL, 2007).

As críticas, até então predominantemente voltadas para o espaço público e o espaço privado externo das construções, avançaram pelo interior das moradias, especialmente a dos pobres, denunciando a péssima qualidade dos materiais com que eram construídas, a sujeira, a falta de ar e luz e suas pequenas dimensões frente ao grande número de habitantes. Assim, os hábitos dos moradores, suas características, as atividades com que se envolviam, misturaram-se com suas habitações, passando a fazer parte das críticas e alvo também das tentativas de controle organizadas pelo Poder Público (MOURA, 2006, p.53-54).

O principal alvo destes discursos eram as habitações sem ventilação e com pouca luminosidade, além daquelas coletivas onde facilmente uma pessoa infectada poderia transmitir a moléstia aos outros moradores – uma vez que os bacilos da tuberculose, uma das principais doenças que levavam ao óbito entre o século XIX e início do século XX e que era um grande alvo das políticas públicas de higiene, podem permanecer no ar horas após serem expulsos do corpo do infectado através da tosse e do catarro. Tendo as políticas higienistas como justificativas, um número elevado de cortiços era fechado todos os anos e seus moradores eram despejados (GILL, 2007).

Segundo a arquiteta Rosa Maria G.R. de Moura, em sua tese de doutorado defendida em 2006 sobre habitações populares em Pelotas, havia três tipos de construções que podiam ser definidas como cortiços em Pelotas: o galpão, o portão e o contrafeito. O primeiro se assemelhava a depósitos ou galpões, podendo servir para atividades comerciais, industriais e habitações; além disso, podia ser voltado tanto para o passeio público quando estiver localizado em fundos de terrenos. O portão era constituído por casas em fita⁵ de forma perpendicular ao passeio público, geralmente com uma pequena rua interna para o acesso às casas e onde normalmente se localizavam os banheiros e tanques de uso coletivo. Por último, o contrafeito era bastante diminuto, possuía um telhado constituído de um plano inclinado e geralmente tinha a frente voltada para o passeio público, porém afastado quatro metros do alinhamento da calçada (MOURA, 2006). Casas estilo cortiços raramente ficavam diretamente de frente para a rua, possuindo sempre um portão ou muro que impedia a sua exposição para os transeuntes.

Este tipo de habitação era normalmente construído em madeira ou alvenaria e podia comportar de uma a seis pessoas a depender do tamanho da família e valor do aluguel. Ainda conforme Moura, no ano de 1893 um operário pelotense ganhava, em média, 91\$000. Porém a média do valor dos aluguéis de pequenas residências oscilava na casa dos 20\$000, além disso, o gasto com a alimentação também era bastante elevado, chegando a quase 62\$000 por mês. Subtraindo estes 62\$000 e outros pequenos gastos com lenha,

⁵ As casas em fita são constituídas a partir da construção de duas ou mais residências que dividem proporcionalmente um mesmo terreno. Este tipo de construção seguiu em voga até meados da década de 1940, mas ainda é comum nos dias de hoje, podendo ser encontrado em bairros residenciais ou mesmo nos centros das cidades, ocupando por vezes terrenos em que a relação largura X profundidade é dada de forma que a segunda é desproporcionalmente maior. Não devem ser confundidas com casas geminadas que são construídas aos pares e com planta rebatida.

velas e outras eventuais necessidades dos 91\$000, não sobrava nada muito significativo para que fosse possível alugar uma residência de valor elevado - e conseqüentemente talvez com melhor estrutura. Porém este era o salário médio de um operário, logo autônomos e prestadores de serviços possivelmente juntassem menos que estes 91\$000 por mês, lhes restando então opções de moradias em situações precárias e/ou divididas entre um pequeno grupo de pessoas, como no caso de um cortiço com as dimensões de 2,60 X 3,10 m, localizado na esquina entre as ruas Bento Martins e Três de Maio que, em 1906, o aluguel de 16\$000 era dividido entre seis moradores.

Em 1905, o relatório do Dr. José Calero, delegado de higiene, apontava as medidas preventivas para o controle da tuberculose na cidade, dentre as quais eram a extinção ou o saneamento dos cortiços, corredores e habitações ditas insalubres, tidas como principais focos de irradiação da doença (SILVEIRA, 2009). Contudo, artigos publicados no jornal Opinião Pública de agosto de 1906 demonstram o descontentamento dos moradores para com estas medidas, uma vez que as construções há anos eram permitidas e pagavam altos impostos, alegando inclusive que as medidas tomadas eram imediatistas e não resolveriam os problemas de habitação e saneamento enfrentados pelos moradores, tais como infiltração de água, falta de ventilação e entrada de luz, excesso de umidade, buracos nas paredes e outros.

Segundo a arquiteta Aline Montagna da Silveira, em sua tese de doutorado sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações na arquitetura residencial no final do século XIX em Pelotas (2009), a atuação da polícia sanitária em Pelotas era bastante intensa no início do século XX. No ano de 1906, quando da discussão acima destacada, 3120 visitas domiciliares foram realizadas, das quais resultaram em 21 multas, 548 intimações e 25 prédios interditados – um número bastante elevado considerando que naquele ano havia 5781 edificações na cidade (MOURA, 2006).

É difícil dar uma precisão sobre o número de cortiços em Pelotas na época, uma vez que não havia um controle rígido sobre a divisão e sublocação das residências. Segundo Gill (2007), no Boletim de Estatísticas de 1891, havia o registro de 124 cortiços com 758 fogos. Porém, provavelmente existisse um número muito mais elevado de cortiços, visto que no início do século XX muitos cortiços novos foram criados nas periferias da cidade, em bairros como o Fragata e Três vendas, devido ao aumento do valor do aluguel no centro da cidade.

Em 1881 foi determinada uma área livre de cortiços. Esta área era delimitada pelas ruas Paysandu, Santo Antônio, Jatahy e 7 de Abril - hoje, respectivamente, ruas Barão de Santa Tecla, Senador Mendonça, Gonçalves Chaves e Dom Pedro I. Em 1888, a área de proibição foi ampliada em mais cinco quarteirões ao sul (MOURA, 2006).

Ao serem criadas estas áreas livres de cortiços nas zonas de cota mais elevada do perímetro urbano, não se proibia a construção dos mesmos, apenas os afastava para as periferias, sendo eles empurrados para as zonas de enchentes e próximas a banhados. Ao mesmo tempo em que estes cortiços

eram excluídos da zona central, as construções de outros imóveis deixavam de lado os modelos coloniais e se adaptavam às novas linguagens ecléticas da arquitetura. As fachadas incorporaram esquemas de composições clássicas variadas derivadas da antiguidade greco-romana (CABRAL, 2012).

De qualquer forma, mesmo com o perímetro de proibição, as áreas com maior predomínio deste tipo de construção se concentravam na Rua Tiradentes e na várzea do arroio Santa Bárbara – provavelmente devido aos estabelecimentos industriais próximos a este curso d'água e na Avenida 20 de Setembro (MOURA, 2006). Com esta medida, aos poucos as moradias tradicionais foram sendo fechadas e demolidas, deslocando para áreas periféricas a segregação social cotidiana que parte da população já vivenciava.

Mesmo supondo que alguns cortiços fossem anteriores à lei, que muitos tenham conseguido escapar das visitas dos fiscais durante a construção, não é menos plausível pensar no poder de pressão dos proprietários junto ao poder público, tanto pelo seu grande número como pela possível presença entre eles de famílias tradicionais. Isoladamente ou reunidos a partir de 1905, em uma associação, conseguiram ser mais fortes que a lei e mantiveram seus imóveis precários e lucrativos ainda por muito tempo nas áreas mais próximas daquelas mais valorizadas (MOURA, 2006, p.78).

Com o afastamento de muitos cortiços da vista das elites e do poder público, era criada uma zona de valorização de imóveis dentro do perímetro de proibição. Assim, não só o preço de venda das casas era elevado, mas também o de aluguel, excluindo, aos poucos, aqueles que não tinham condições de pagar mensalmente uma quantia elevada por um imóvel. Pensa-se, então, em duas possibilidades: estas pessoas, ao se depararem com altos valores na zona central, saem em busca de imóveis mais baratos nas áreas periféricas da cidade, elitizando ainda mais o centro; ou dividiam os imóveis entre vários indivíduos subalugando peças das casas e, conseqüentemente, criando novos cortiços não fiscalizados em zonas proibidas.

Essa medida representou, pela primeira vez em Pelotas, o uso de uma incipiente legislação urbana como um instrumento capaz de auxiliar na construção dos limites entre os territórios da elite e o dos pobres. Correspondendo até hoje à área mais valorizada da cidade, é possível afirmar-se que começava ali a construção de uma fronteira de poder através de uma área potencialmente livre dos jeitos de morar dos populares (MOURA, 2006, p.57).

Dezesseis anos após a delimitação da área de proibição de construção de cortiços, uma nova medida radical foi tomada. Desta vez foi determinada a cobrança do imposto da décima urbana sobre cortiços. Este imposto já era considerado a maior fonte de renda do município, porém dos 10% cobrados

sobre o valor locativo dos prédios dentro do perímetro urbano, foram propostos 14% apenas para cortiços e estalagens dentro do mesmo perímetro, enquanto os outros tipos de imóveis seguiriam pagando os 10%. Três anos depois eram cobrados 20%, mantendo este valor até, pelo menos, 1936 (MOURA, 2006)

Não se trata apenas dos poderes públicos e elites tentarem de todas as formas livrar o centro urbano dos cortiços e os seus moradores acatarem a estas medidas de forma passiva. A partir de registros documentais, é possível enxergar a resistência das classes baixas. Elas pertenciam àquele cenário, usufruíam dele, eram a força de trabalho das indústrias – consequentemente auxiliando a aristocracia a crescer ainda mais – e queriam se mostrar presentes com indivíduos pertencentes ao meio urbano, e não à periferia distante e úmida.

A classe dos moradores de cortiços foi responsável pela delimitação de uma nova paisagem na antiga Pelotas. Incluem-se nela pequenos nichos entre as grandes e médias edificações, compostos através de galpões, portões e contrafeitos, quebrando a imponentia dos casarões que, por vezes, possuíam exageros na composição dos arranjos em suas fachadas, que mesclavam ao mesmo tempo frutas, anjos, arabescos, ninfas, galo dos ventos e outros elementos com inspiração no ecletismo historicista.

Uma vez que as residências humildes fugiam do padrão ecletista em vigor na época, uma alternativa seria escondê-las do público em geral, de forma que passassem invisíveis na paisagem – além dos muros, salienta-se o fato de que as casas no estilo contrafeito afastavam-se 4m do alinhamento da calçada com relação às demais casas. Tal ação não resolvia o problema, mas talvez fosse uma forma de amenizar a convivência tumultuada entre os diferentes grupos que compunham a paisagem, com um grupo na tentativa de controle do outro.

Na década de 1920, baseados no Código de Construções, o poder público incentivou a moradia salubre. Foi então projetado um conjunto habitacional voltado para os trabalhadores, a chamada vila operária. Esta se localizaria no longínquo Capão do Leão, idealizado como um bairro higiênico e de aspecto agradável, com banheiros públicos, escolas e outros serviços básicos. Para tal, seriam demolidas as antigas construções e construídas casas baratas e regulamentadas, as quais beneficiariam a cidade e seus habitantes a partir de um ponto de vista social, higiênico e arquitetônico (SOARES, 2001).

Ora, se anteriormente a tentativa foi de coibir as construções de cortiços em determinadas áreas e afastar os moradores para as periferias, o novo projeto consistia em afastá-los em quase 10 km do centro da cidade. De qualquer forma, é somente estudando e expondo estes dispositivos de poder, como a delimitação de áreas em que a construção é proibida, o afastamento das calçadas e dos centros e a construção de muros, é que conseguiremos gerar mudanças na sociedade atual por meio da não legitimação histórica do poder baseado nas condições econômicas dos indivíduos (ZARANKIN, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Pelotas e, conseqüentemente, seus cidadãos, são vítimas de uma representação excludente do passado. No qual não apenas fatos isolados foram diminuídos em detrimento a outros que foram julgados de maior importância, mas grupos sociais e étnicos inteiros perderam seu espaço por muitas décadas na historiografia oficial. Infelizmente esta prática é comum até os dias de hoje por parte de projetos da Prefeitura Municipal ou de iniciativas privadas que enaltecem e reforçam a ideia de que a antiga Pelotas era símbolo de opulência e ostentação resultantes da riqueza das elites. Deixam-se muitas vezes de lado os escravos e ex-escravos, o ex-trabalhador rural e imigrantes recém-chegados que abandonaram suas terras em busca de melhores condições de vida – diferente do que a maioria se deparou ao chegar na cidade – dentre outros grupos. Em outras palavras, os casarões – que predominantemente dominam o Centro Histórico – são ainda uma característica proeminente na paisagem pelotense reforçada por projetos de restauro, tombamentos pelo Instituto do Patrimônio Nacional e Artístico Nacional. Não menosprezo isso, apenas gostaria de salientar com esta breve pesquisa apresentada que existiram e ainda existem outras realidades que dividem espaço com estes imponentes casarões como foi o caso aqui apresentado dos cortiços.

Tal como as pesquisas históricas e arqueológicas dos últimos anos na cidade tem apontado, estes esquecidos pela História não se tratam de grupos invisíveis ou de número de habitantes inexpressivo, estas minorias se faziam presentes territorial e politicamente, deixando-nos registro documental e material que comprova este fato.

As disputas territoriais entre diferentes grupos sociais não são privilégio de sociedades distantes do meio urbano, como erroneamente ainda se julga. Este comportamento, com delimitação nesta pesquisa para os anos entre 1880 e 1920, ainda se faz presente na cidade de Pelotas a partir da cobrança de taxas do IPTU mais elevadas para determinados bairros do que para outros – muito embora recursos básicos como segurança, iluminação pública, esgoto não exposto a céu aberto, abastecimento de água e rotas de transporte público não sejam proporcionais ao pagamento do imposto.

Se de fato for possível fazer uma grande revisão das representações do passado de Pelotas, não seria também possível aproximar os atuais grupos minoritários deste conhecimento gerado pela academia e dar-lhes um pouco da força e incentivo necessários para a legitimação do de suas identidades e do seu espaço físico e simbólico? Imagino que seja esse o papel da Arqueologia hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CATHARINA, R. T. S. *Ordenanças urbanas e ideia de cidade: o primeiro e o segundo plano diretor de Pelotas e os temas de urbanismo do século XX*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.
- CABRAL, G. H. *Arquitetura da cidade de Pelotas e o imigrante construtor Guilherme Marcucci*. IN: MARCUCCI, Guilherme. *Ecletismo na arquitetura pelotense (1860-1901)*. 2012. 298 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012, p. 178-216.
- GILL, L. A. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 282p. 2007.
- GÓIS JÚNIOR, E. *Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos*. IN: *X Simpósio Internacional: Processo Civilizador*, Campinas, UNICAMP, 2007. Disponível em <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Edivaldo_Gois_Jr.pdf>. Acesso em 22/11/2013
- GUTIERREZ, E. J. B. (Org.). *Marcucci, Zanotta e Casaretto constroem o sul do Novo Mundo*. Santa Maria: Pallotti, 2007, 199p.
- MAGALHÃES, M. O. *Pelotas Princesa: livro comemorativo ao bicentenário da cidade*. Pelotas: Diário Popular, 150p., 2012.
- MOURA, R. M. G. R. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. 2006. 249p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- SANTOS, C. A. A. *Influências francesas na organização dos espaços verdes de Pelotas e nos edifícios da cidade: 1870-1931*. *JURIS*, Rio Grande, n.17, p.153-171, 2012.
- SILVEIRA, A. M. *De fontes e aguadeiros à penas d'água: reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas - RS*. 2009. 340 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOARES, P. R. R. *Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX*. *História em Revista*, v.7, 2001.
- ZARANKIN, A. *Corpos congelados: uma leitura metafórica de paredes e muros em Belo Horizonte, MG*. IN: J. MACEDO; R. de ANDRADE; C. TERRA (Orgs.) *Arqueologia na paisagem: Novos valores, dilemas e instrumentais*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012. p.18-33.

Recebido em:25/06/2014
Aprovado em:05/08/2014
Publicado em:03/10/2014